



BOLETIM ECONÔMICO

Outubro de 2026



FIEPE

Federação das
Indústrias do Estado
de Pernambuco



Sumário

1.	APRESENTAÇÃO.....	3
2.	CENÁRIO INTERNACIONAL.....	3
2.1	CRESCIMENTO ECONÔMICO GLOBAL	4
2.2	POLÍTICA COMERCIAL DOS ESTADOS UNIDOS	5
2.3	POLÍTICA MONETÁRIA DOS ESTADOS UNIDOS	7
2.4	MERCADO INTERNACIONAL DE PETRÓLEO E COMMODITIES	9
2.5	TENSÕES GEOPOLÍTICAS	10
3.	CENÁRIO NACIONAL	11
3.1	PIB BRASILEIRO	11
3.2	MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO	16
3.3	POLÍTICA MONETÁRIA BRASILEIRA	18
4.	CENÁRIO PERNAMBUCANO	21
4.1	ATIVIDADE ECONÔMICA DE PERNAMBUCO	21
4.2	PRODUÇÃO INDUSTRIAL DE PERNAMBUCO.....	24
4.3	MERCADO DE TRABALHO	27
5.	CONCLUSÃO	30
6.	REFERÊNCIAS	32



1. APRESENTAÇÃO

A Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE), por meio da Gerência de Política Industrial e do Núcleo de Economia, apresenta a edição de outubro de 2026 do Boletim Econômico, publicação trimestral dedicada à análise dos principais indicadores e tendências dos cenários econômicos internacional, nacional e estadual. O documento reúne informações relevantes para a compreensão da conjuntura econômica, com o objetivo de subsidiar empresários, gestores e demais agentes econômicos na tomada de decisões e no planejamento de suas atividades.

No cenário internacional, a economia permanece marcada por um crescimento moderado e por incertezas relacionadas às tensões geopolíticas, às mudanças na política comercial dos Estados Unidos e à volatilidade dos preços do petróleo e de outras commodities. Esses fatores, associados à condução da política monetária das principais economias, influenciam as condições financeiras globais, os fluxos comerciais e os custos de produção, com reflexos sobre a competitividade da indústria brasileira.

No Brasil, a atividade econômica mantém trajetória de expansão, embora em ritmo moderado, diante dos efeitos dos juros elevados, das pressões inflacionárias e das incertezas fiscais sobre o consumo e os investimentos. Em Pernambuco, por sua vez, os indicadores apontam um desempenho econômico superior à média nacional, impulsionado principalmente pela recuperação da indústria de transformação e acompanhado pela melhora gradual do mercado de trabalho. Apesar dos avanços, persistem desafios relacionados à diversificação produtiva, à competitividade e à geração sustentável de empregos e renda.

Nesse contexto, esta edição busca oferecer uma visão integrada dos fatores que condicionam o desempenho econômico, destacando os principais resultados, riscos e perspectivas para a economia pernambucana e para o setor industrial.

2. CENÁRIO INTERNACIONAL

O cenário econômico internacional permanece marcado por um ambiente de incertezas, em meio à desaceleração do crescimento de algumas das principais economias, às mudanças na condução da política monetária e à intensificação das tensões geopolíticas e comerciais. Os conflitos no Oriente Médio e a continuidade da guerra entre Rússia e Ucrânia, associados às disputas comerciais entre Estados Unidos e China, têm ampliado os riscos para o comércio internacional e as cadeias globais de suprimentos. Paralelamente, a volatilidade dos preços do



petróleo e de outras commodities energéticas continua pressionando os custos de produção e transporte, com possíveis reflexos sobre a inflação e a atividade econômica mundial.

Nesse contexto, as perspectivas para a economia global seguem condicionadas à evolução dos conflitos internacionais, às decisões de política monetária das principais economias e ao comportamento dos mercados de energia e commodities. Para o Brasil, esses fatores assumem especial relevância pelos seus possíveis impactos sobre a inflação, o câmbio, os fluxos de investimentos e o comércio exterior, influenciando diretamente os custos de produção e a competitividade da indústria nacional.

2.1 CRESCIMENTO ECONÔMICO GLOBAL

De acordo com as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), divulgadas em outubro de 2026, a economia mundial deverá crescer 3,1% em 2026, abaixo dos 3,5% registrados em 2025, com expectativa de recuperação para 3,4% em 2027. O desempenho reflete um cenário de crescimento moderado, marcado por incertezas geopolíticas, tensões comerciais e diferenças no ritmo de expansão entre as principais economias, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1: Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) real e projeções econômicas – 2025 a 2027

(variação anual, %)

Economia	2025	2026	2027
Mundo	3,5%	3,1%	3,4%
Estados Unidos	2,3%	2,3%	2,3%
China	5,0%	4,5%	4,0%
Índia*	7,8%	7,0%	7,0%
Zona do Euro	1,2%	1,1%	1,2%
Economias avançadas	2,0%	2,1%	1,8%
Economias emergentes e em desenvolvimento	4,5%	3,7%	4,4%

Fonte: FMI, World Economic Outlook, outubro de 2026. Elaboração: Núcleo de Economia/FIEPE.

*Os dados da Índia na tabela seguem o ano fiscal. Para o ano-calendário, o FMI informa crescimento de 7,4% em 2026 e 7,0% em 2027.

Entre as principais economias, a Índia permanece como um dos países de maior dinamismo, com crescimento projetado de 7,0% em 2026 e 2027, considerando o ano fiscal. O desempenho reforça sua importância crescente no cenário econômico internacional, sustentado pela expansão do mercado interno e dos investimentos.



A China, embora continue apresentando taxas de crescimento superiores às das principais economias desenvolvidas, mantém uma trajetória de desaceleração. Após expansão de 5,0% em 2025, o PIB chinês deverá crescer 4,5% em 2026 e 4,0% em 2027, em um contexto de desafios no setor imobiliário, fragilidades da demanda doméstica e incertezas relacionadas ao comércio internacional.

Nos Estados Unidos, a atividade econômica demonstra resiliência, com crescimento estimado em 2,3% tanto para 2026 quanto para 2027, mesmo percentual registrado em 2025. A estabilidade das projeções indica a capacidade de sustentação da economia americana, apesar das incertezas comerciais e dos efeitos das condições monetárias sobre o consumo e os investimentos.

Na Zona do Euro, a recuperação econômica permanece lenta e heterogênea. Após crescimento de 1,2% em 2025, a atividade deverá avançar 1,1% em 2026 e 1,2% em 2027, refletindo um ambiente de expansão moderada, condicionado pelo desempenho da demanda interna e pelas dificuldades estruturais de algumas das principais economias europeias.

De forma agregada, as economias avançadas deverão crescer 2,1% em 2026, com desaceleração para 1,8% em 2027. Já as economias emergentes e em desenvolvimento apresentam perspectivas de crescimento de 3,7% e 4,4%, respectivamente, mantendo um ritmo de expansão superior ao das economias desenvolvidas, embora com diferenças importantes entre países e regiões.

Para o Brasil, esse cenário internacional apresenta desafios e oportunidades. A desaceleração da China, importante destino das exportações brasileiras, pode limitar a expansão da demanda por commodities, enquanto o crescimento moderado das economias avançadas tende a restringir o dinamismo do comércio internacional. Por outro lado, a expansão de mercados emergentes, especialmente da Índia, pode representar oportunidades de diversificação comercial. Nesse contexto, torna-se ainda mais importante ampliar a competitividade, diversificar mercados e fortalecer a inserção internacional da indústria brasileira.

2.2 POLÍTICA COMERCIAL DOS ESTADOS UNIDOS

A política comercial dos Estados Unidos permanece como uma das principais fontes de incerteza para o comércio internacional, diante da ampliação das barreiras tarifárias e do uso de instrumentos de defesa comercial. Em 2026, o governo norte-americano intensificou a aplicação de medidas fundamentadas na Seção 301 da Lei de Comércio de 1974, com impactos sobre diferentes parceiros comerciais, incluindo o Brasil. Esse movimento amplia os custos de acesso ao mercado norte-americano, altera as condições de concorrência e pressiona as empresas exportadoras a rever suas estratégias comerciais.



Em julho de 2026, os Estados Unidos concluíram uma investigação específica sobre práticas comerciais brasileiras, estabelecendo uma tarifa adicional de 25% sobre determinados produtos nacionais, em vigor desde 22 de julho. A decisão contemplou exceções para parte das mercadorias, mas manteve restrições relevantes para segmentos exportadores brasileiros. Entre os temas examinados pela investigação estiveram comércio digital, serviços de pagamentos eletrônicos, propriedade intelectual, acesso ao mercado de etanol e questões ambientais.

O cenário tornou-se mais complexo com a adoção, em 23 de julho, de uma segunda medida tarifária, relacionada ao combate ao trabalho forçado nas cadeias internacionais de suprimentos. A decisão alcançou aproximadamente 60 parceiros comerciais dos Estados Unidos, com sobretaxas de 10% ou 12,5%, conforme critérios estabelecidos pelo governo norte-americano. Para o Brasil, foi definida uma alíquota adicional de 12,5%, sujeita a exceções específicas. A medida substituiu a tarifa temporária geral de 10%, vigente desde fevereiro de 2026, e passou a compor um conjunto mais amplo de restrições ao comércio internacional.

Segundo levantamento do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), divulgado em julho de 2026, as medidas tarifárias, consideradas conjuntamente, alcançam diferentes parcelas das exportações brasileiras destinadas aos Estados Unidos. Aproximadamente 52,7% das vendas permanecem sem sobretaxas adicionais, enquanto 16,5% estão sujeitas à incidência acumulada de tarifas de 37,5%. Outros 24,2% encontram-se abrangidos por tarifas setoriais estabelecidas com base na Seção 232 da legislação norte-americana. A distribuição completa é apresentada na Tabela 2:

Tabela 2: Distribuição das exportações brasileiras para os Estados Unidos segundo a incidência de tarifas adicionais – 2026

Tratamento tarifário	US\$ bilhões	Participação
Sem sobretaxas adicionais	21,3	52,7%
Apenas tarifa de 25%	0,8	1,9%
Apenas tarifa de 12,5%	1,9	4,7%
Tarifas acumuladas de 37,5%	6,6	16,5%
Tarifas setoriais – Seção 232	9,8	24,2%
Total	40,4	100,0%

Fonte: MDIC, levantamento divulgado em julho de 2026, com base nas exportações brasileiras de 2024.
Elaboração: Núcleo de Economia/FIEPE.



Para Pernambuco, os efeitos potenciais merecem atenção especial. Levantamento anteriormente utilizado pela FIEPE indica que aproximadamente 59,9% das exportações pernambucanas destinadas ao mercado norte-americano estavam expostas à tarifa adicional de 25%, proporção superior à identificada para o conjunto do Brasil na análise específica dessa medida. A maior exposição relativa pode comprometer a competitividade dos produtos exportados pelo estado, sobretudo nos segmentos com menor capacidade de absorver custos adicionais ou redirecionar suas vendas para outros mercados. Esse percentual estadual, entretanto, ainda precisa ser atualizado considerando o conjunto das medidas tarifárias.

Em resposta ao aumento das restrições comerciais, o governo brasileiro ampliou as medidas de apoio ao setor exportador por meio da terceira etapa do Plano Brasil Soberano, anunciada em julho de 2026. O programa prevê R\$ 18,5 bilhões em linhas de financiamento, sendo R\$ 13,5 bilhões provenientes do Tesouro Nacional e R\$ 5 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), destinados a capital de giro, investimentos produtivos, inovação e diversificação de mercados. Em agosto, também foi autorizada a prorrogação excepcional, por até 12 meses, dos prazos de exportação vinculados ao regime de drawback suspensão para empresas afetadas pelas tarifas, medida posteriormente regulamentada no âmbito do MDIC.

Apesar dessas iniciativas, a ampliação das barreiras comerciais representa um desafio adicional para a indústria brasileira, especialmente em um ambiente internacional de crescimento moderado e maior competição por mercados. Para Pernambuco, o cenário reforça a importância do acompanhamento dos impactos setoriais, do fortalecimento da competitividade industrial e da diversificação dos destinos das exportações, de modo a reduzir a vulnerabilidade das empresas às mudanças na política comercial norte-americana.

2.3 POLÍTICA MONETÁRIA DOS ESTADOS UNIDOS

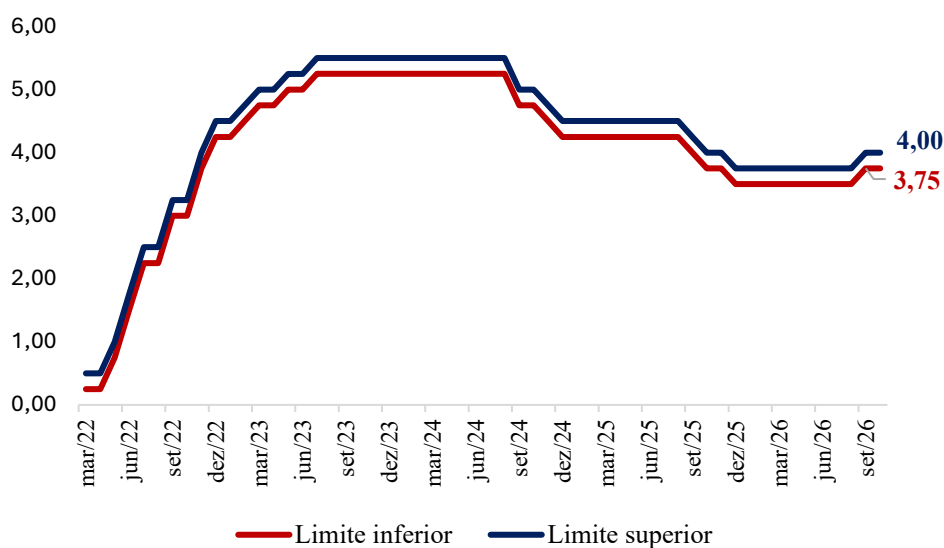
No campo monetário, as atenções permanecem voltadas para a atuação do Federal Reserve (Fed), o Banco Central dos Estados Unidos. Após um período de forte aperto monetário entre 2022 e 2023, quando os juros atingiram o patamar máximo de 5,25% a 5,50% ao ano, a autoridade monetária iniciou um ciclo de flexibilização em setembro de 2024, com reduções graduais ao longo de 2025. Entretanto, em setembro de 2026, o Fed interrompeu essa trajetória e elevou os juros em 0,25 ponto percentual, estabelecendo a taxa básica no intervalo de 3,75% a 4,00% ao ano, diante da persistência das pressões inflacionárias na economia norte-americana.

Diferentemente da taxa Selic brasileira, definida como uma meta pontual, a taxa básica de juros dos Estados Unidos (Federal Funds Rate) é estabelecida pelo Fed por meio de um



intervalo, composto por limites inferior e superior. Essa faixa orienta as taxas praticadas nas operações de empréstimos de curtíssimo prazo entre instituições financeiras. O Gráfico 1 apresenta a evolução desses dois limites desde 2022, permitindo observar os movimentos de elevação e redução dos juros ao longo do período.

Gráfico 1: Evolução dos limites inferior e superior da taxa básica de juros dos Estados Unidos



Fonte: Federal Reserve (Fed). Elaboração: Núcleo de Economia/FIEPE.

A decisão de elevar os juros em setembro de 2026 reflete a preocupação do Fed com a inflação, que permanece acima da meta de 2%, em um contexto de crescimento econômico consistente e resiliência da demanda interna. As pressões sobre os preços, especialmente relacionadas à energia e às incertezas geopolíticas, reforçam a postura cautelosa da autoridade monetária, que segue avaliando a necessidade de novos ajustes para assegurar a estabilidade dos preços.

Para o Brasil e demais economias emergentes, a trajetória dos juros norte-americanos permanece como um importante fator de influência sobre as condições financeiras internacionais. A manutenção de taxas elevadas nos Estados Unidos tende a aumentar a atratividade dos ativos americanos, pressionar as taxas de câmbio e encarecer o financiamento externo, com possíveis impactos sobre os investimentos e o comércio internacional. Nesse contexto, a condução da política monetária pelo Fed continuará sendo determinante para as perspectivas de liquidez global e para o comportamento dos fluxos internacionais de capitais.



2.4 MERCADO INTERNACIONAL DE PETRÓLEO E COMMODITIES

O mercado internacional de petróleo permanece marcado por elevada volatilidade, refletindo os desdobramentos dos conflitos no Oriente Médio e as restrições ao abastecimento global de energia. Em outubro de 2026, o petróleo Brent voltou a superar US\$ 100 por barril, alcançando aproximadamente US\$ 112 durante as negociações de 20 de outubro, em meio à intensificação das tensões envolvendo o Irã e aos riscos de novas interrupções no transporte marítimo de petróleo. O cenário mantém elevados os custos de energia e transporte, ampliando as incertezas sobre a evolução dos preços internacionais das commodities.

As preocupações concentram-se especialmente no Estreito de Ormuz, uma das principais rotas de transporte de petróleo do mundo. Segundo a Administração de Informação de Energia dos Estados Unidos (EIA), aproximadamente 20,9 milhões de barris por dia transitaram pelo estreito no primeiro semestre de 2025, volume equivalente a cerca de 20% do consumo mundial de petróleo e derivados. As restrições à circulação de embarcações, somadas aos ataques à infraestrutura energética no Oriente Médio, têm provocado aumento dos custos logísticos e dos riscos associados ao abastecimento internacional.

De acordo com o relatório de outubro de 2026 da Agência Internacional de Energia (IEA), a demanda mundial por petróleo deverá registrar retração média de 2,6 milhões de barris por dia em 2026, refletindo os efeitos dos preços elevados dos combustíveis, das restrições de oferta e do enfraquecimento das perspectivas econômicas. Pelo lado da produção, a agência estima que a oferta global alcance uma média de 100,7 milhões de barris por dia no ano, com redução de 5,8 milhões de barris diários em relação a 2025. Apesar da recuperação da produção em setembro, os riscos de novas interrupções permanecem elevados, mantendo a instabilidade nos mercados internacionais de energia.

Para o Brasil, a manutenção dos preços internacionais do petróleo em patamares elevados representa um fator de pressão sobre os custos de combustíveis, fretes e insumos industriais, com possíveis reflexos sobre a inflação e a competitividade da indústria. Ao mesmo tempo, a volatilidade das commodities energéticas e minerais amplia as incertezas para o comércio exterior e o planejamento empresarial. Embora a valorização do petróleo possa beneficiar segmentos exportadores, os efeitos sobre os custos de produção e transporte reforçam a necessidade de acompanhamento do cenário internacional, especialmente em uma economia com cadeias industriais dependentes de energia e insumos importados.



2.5 TENSÕES GEOPOLÍTICAS

O cenário geopolítico internacional permanece marcado por um elevado grau de incerteza, diante da continuidade da guerra entre Rússia e Ucrânia, dos conflitos no Oriente Médio e das disputas comerciais e tecnológicas entre as principais economias mundiais. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), em seu relatório de outubro de 2026, a intensificação dos conflitos e das tensões comerciais permanece entre os principais riscos para a economia global. A instituição projeta crescimento mundial de 3,1% em 2026 e 3,4% em 2027, destacando que a resiliência da atividade econômica convive com pressões inflacionárias, vulnerabilidades fiscais e riscos de novas interrupções nas cadeias internacionais de suprimentos.

No Oriente Médio, os conflitos envolvendo o Irã continuam afetando os mercados internacionais de energia e as principais rotas de transporte marítimo, especialmente o Estreito de Ormuz. As restrições ao abastecimento de petróleo e derivados, associadas ao aumento dos custos de frete e seguros, têm ampliado as pressões sobre os preços e a atividade econômica. Paralelamente, a continuidade da guerra entre Rússia e Ucrânia mantém riscos para os mercados de energia e combustíveis, enquanto as tensões comerciais entre Estados Unidos e China contribuem para a reorganização das cadeias globais de produção e para a diversificação dos fornecedores internacionais.

Apesar desse ambiente, o comércio internacional tem demonstrado capacidade de adaptação. Em relatório divulgado em outubro de 2026, a Organização Mundial do Comércio (OMC) revisou para cima sua projeção de crescimento do volume do comércio mundial de mercadorias, de 1,9% para 3,9% em 2026, com expectativa de expansão de 4,1% em 2027. A revisão reflete, principalmente, o aumento do comércio de produtos relacionados à inteligência artificial e a adaptação das cadeias de suprimentos às restrições internacionais. Entretanto, a instituição ressalta que os efeitos positivos são desiguais entre regiões e setores, com impactos mais intensos sobre as economias diretamente afetadas pelos conflitos.

Para o Brasil, esse cenário representa riscos e oportunidades. A persistência das tensões geopolíticas pode ampliar a volatilidade cambial, elevar os custos de energia, fertilizantes e insumos industriais e aumentar as despesas logísticas das empresas exportadoras e importadoras. Por outro lado, a diversificação das cadeias globais de suprimentos pode favorecer a inserção brasileira em novos mercados, especialmente nos segmentos de alimentos, mineração e produtos industriais. Nesse contexto, o fortalecimento da competitividade, da infraestrutura logística e das relações comerciais internacionais torna-se ainda mais importante para ampliar a participação do país no comércio mundial.



3. CENÁRIO NACIONAL

A economia brasileira segue apresentando crescimento moderado em 2026, em um contexto de desaceleração da atividade econômica, inflação pressionada e manutenção de taxas de juros elevadas. Apesar desse cenário, o mercado de trabalho permanece resiliente, com a taxa de desocupação em patamar relativamente baixo, contribuindo para a sustentação da renda e do consumo das famílias.

As perspectivas para o encerramento de 2026, segundo o Boletim Focus do Banco Central, apontam para um crescimento do PIB de 1,83%, abaixo dos 2,3% registrados em 2025, evidenciando a perda de dinamismo da economia. Ao mesmo tempo, a inflação projetada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de 5,22%, permanece acima do limite superior da meta, enquanto a taxa Selic projetada em 13,25% ao ano sinaliza a continuidade de condições monetárias restritivas, mesmo diante do processo de redução dos juros.

A Tabela 3 apresenta os principais indicadores macroeconômicos do país:

Tabela 3: Principais indicadores macroeconômicos – Brasil, 2025 e 2026

Indicador	2025	2026 (Último Dado)	2026 (Projeção)
PIB	2,3%	1,9% ¹	1,83%
Inflação (IPCA)	4,26%	4,58% ²	5,22%
Selic	15,00%	13,75%	13,25%
Desemprego	5,1%	5,4% ³	—
Câmbio (R\$/US\$)	R\$ 5,40	R\$ 5,36 ⁴	R\$ 5,13

Fontes: IBGE e Banco Central do Brasil (Boletim Focus de 19/10/2026). Elaboração: Núcleo de Economia/FIEPE.

¹ Variação acumulada no primeiro semestre de 2026, em relação ao mesmo período de 2025.

² IPCA acumulado em 12 meses até setembro de 2026.

³ Taxa de desocupação no 2º trimestre.

⁴ Cotação de 28/10/2026

Nesse ambiente, o elevado custo do crédito, as incertezas fiscais e a persistência das pressões inflacionárias continuam representando desafios para a expansão dos investimentos e da atividade produtiva.

3.1 PIB BRASILEIRO

A economia brasileira apresentou crescimento de 2,0% no segundo trimestre de 2026, em comparação com o mesmo período do ano anterior, resultado ligeiramente superior ao observado nos três trimestres anteriores. O desempenho sinaliza uma relativa estabilização do ritmo de expansão da atividade econômica, após a desaceleração registrada ao longo de 2025, quando a



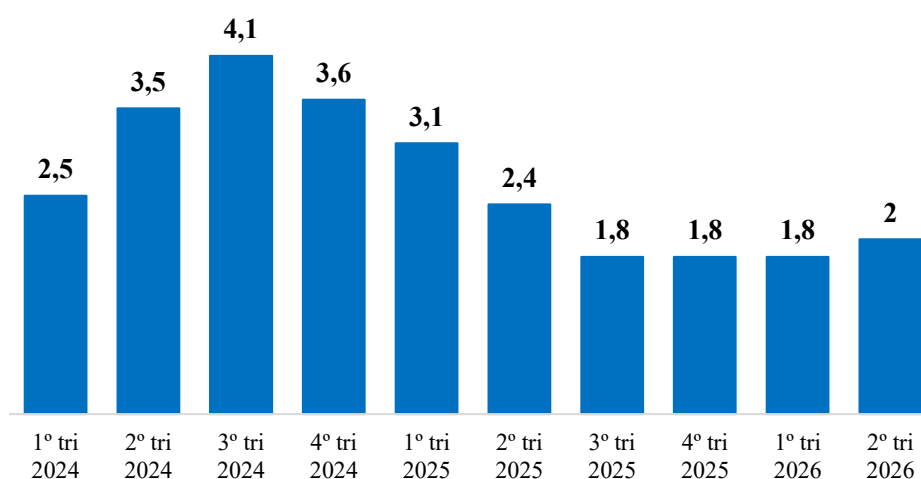
taxa de crescimento interanual passou de 3,1%, no primeiro trimestre, para 1,8%, no último trimestre do ano.

Na comparação com o trimestre imediatamente anterior, considerando a série com ajuste sazonal, o Produto Interno Bruto (PIB) avançou 0,5% no segundo trimestre de 2026, abaixo da expansão de 1,1% registrada nos três primeiros meses do ano. O resultado indica uma moderação do ritmo de crescimento na margem, apesar da manutenção da trajetória positiva da atividade econômica. No acumulado do primeiro semestre de 2026, o PIB brasileiro registrou crescimento de 1,9%, inferior aos 2,7% observados no mesmo período de 2025.

O desempenho da economia brasileira ocorre em um ambiente ainda marcado por condições monetárias restritivas, elevado custo do crédito e incertezas relacionadas ao cenário fiscal, fatores que limitam uma expansão mais expressiva da atividade produtiva e dos investimentos. Nesse contexto, embora os indicadores apontem para a continuidade do crescimento econômico, a trajetória recente evidencia um ritmo de expansão mais moderado em comparação com os resultados observados em 2024 e no início de 2025.

O Gráfico 2 apresenta a evolução trimestral do PIB brasileiro, considerando a variação em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, permitindo observar a desaceleração da atividade econômica ao longo de 2025 e os sinais de estabilização registrados no primeiro semestre de 2026.

Gráfico 2: Evolução do PIB brasileiro – variação em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (%)



Fonte: IBGE. Elaboração: Núcleo de Economia/FIEPE.

Já a indústria brasileira registrou crescimento de 1,5% no segundo trimestre de 2026, em comparação com o mesmo período do ano anterior, resultado ligeiramente inferior à expansão de 1,6% observada no primeiro trimestre. O desempenho indica relativa estabilidade do ritmo de



crescimento industrial, após a desaceleração registrada ao longo de 2025, quando a taxa de expansão passou de 2,4%, no primeiro trimestre, para 0,6%, no último trimestre do ano. Apesar da manutenção de resultados positivos, a atividade industrial permanece abaixo do dinamismo observado em 2024.

O crescimento industrial no segundo trimestre de 2026 foi sustentado principalmente pelas indústrias extrativas, que avançaram 12,0% na comparação interanual. Em contrapartida, a indústria de transformação apresentou retração de 0,9%, acumulando cinco trimestres consecutivos de resultados negativos nessa base de comparação. O segmento de eletricidade e gás, água, esgoto e gestão de resíduos também registrou queda de 0,5%, enquanto a construção cresceu 1,0%. Esses resultados evidenciam um desempenho desigual entre os segmentos industriais, com o avanço das atividades extrativas contrastando com as dificuldades persistentes da indústria de transformação, segmento estratégico para a geração de empregos, agregação de valor e fortalecimento das cadeias produtivas.

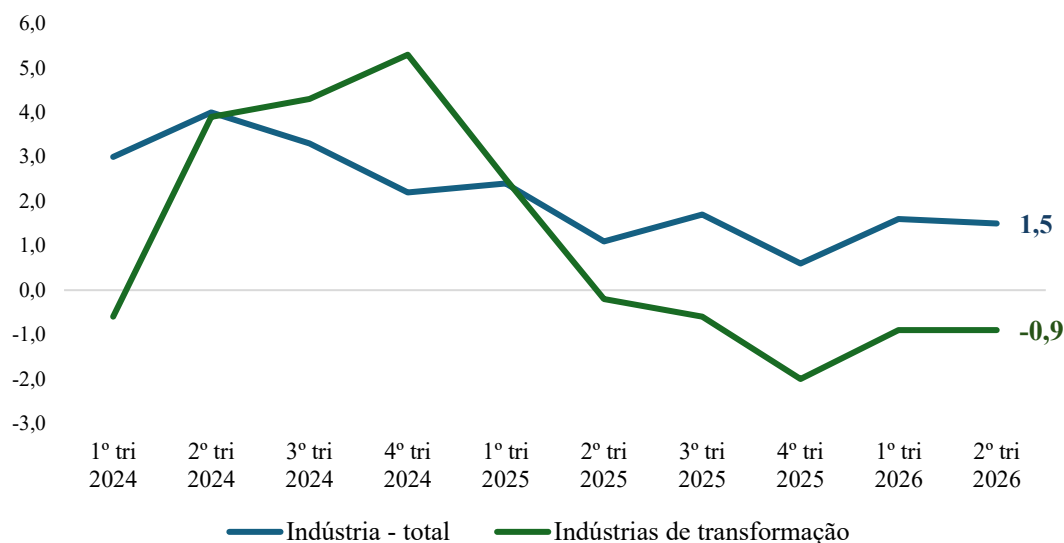
Na comparação com o trimestre imediatamente anterior, considerando a série com ajuste sazonal, a indústria avançou apenas 0,1% no segundo trimestre de 2026, após crescimento de 1,2% nos três primeiros meses do ano, sinalizando perda de dinamismo da atividade industrial no curto prazo. Nesse período, as indústrias extrativas cresceram 3,4%, enquanto a indústria de transformação recuou 0,4% e a construção apresentou retração de 0,4%. No acumulado do primeiro semestre de 2026, a indústria brasileira registrou expansão de 1,6%, impulsionada pelo crescimento de 12,5% das atividades extrativas, enquanto a indústria de transformação acumulou queda de 0,9%.

O desempenho da indústria brasileira reflete um cenário de crescimento moderado e heterogêneo, em um ambiente macroeconômico ainda marcado por juros elevados, condições restritivas de financiamento e limitações à expansão dos investimentos. Nesse contexto, embora o setor industrial mantenha resultados agregados positivos, a recuperação mais consistente da atividade produtiva dependerá do fortalecimento da demanda interna, da ampliação dos investimentos e, especialmente, da retomada do crescimento da indústria de transformação.

O Gráfico 3 apresenta a evolução do PIB da indústria brasileira desde 2024, considerando a variação em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, com destaque para a comparação entre a indústria total e a indústria de transformação. A análise permite observar a desaceleração da atividade industrial ao longo de 2025 e a persistência de resultados negativos na indústria de transformação, mesmo diante da manutenção do crescimento do setor industrial agregado no primeiro semestre de 2026.



Gráfico 3: Evolução do PIB da indústria brasileira e da indústria de transformação – variação em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (%)



Fonte: IBGE. Elaboração: Núcleo de Economia/FIEPE.

3.1.1 PIB POR SETORES

A análise do Produto Interno Bruto (PIB) sob as óticas da oferta e da demanda permite compreender o comportamento das principais atividades econômicas e dos componentes responsáveis pela expansão da economia brasileira. Sob a ótica da oferta, são avaliados os desempenhos da agropecuária, da indústria e dos serviços, enquanto a ótica da demanda considera a evolução do consumo, dos investimentos e do comércio exterior. Essa abordagem possibilita identificar os principais fatores que sustentam o crescimento econômico, bem como os segmentos que apresentam sinais de desaceleração.

a) Crescimento econômico sob a ótica da oferta

No segundo trimestre de 2026, o PIB brasileiro cresceu 0,5% em relação ao trimestre imediatamente anterior, considerando a série com ajuste sazonal. Sob a ótica da oferta, o principal destaque foi a agropecuária, que registrou expansão de 2,8%, seguida pela indústria (0,1%) e pelos serviços (0,2%). Na comparação com o mesmo trimestre de 2025, a agropecuária apresentou crescimento de 6,8%, enquanto a indústria e os serviços avançaram 1,5% cada, evidenciando o maior dinamismo relativo do setor agropecuário.

O setor de serviços, responsável pela maior parcela da atividade econômica brasileira, apresentou crescimento moderado de 0,2% na comparação trimestral. Entre as atividades, destacaram-se informação e comunicação, com expansão de 2,1%, e transporte, armazenagem e correio, com avanço de 1,1%. Por outro lado, o comércio e as outras atividades de serviços



permaneceram estáveis, enquanto as atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (-0,3%) e a administração, saúde e educação públicas e seguridade social (-0,4%) registraram retração. Na comparação interanual, os serviços cresceram 1,5%, com destaque para informação e comunicação, que avançou 8,4%.

A indústria apresentou relativa estabilidade, com crescimento de apenas 0,1% em relação ao trimestre anterior, sustentado principalmente pela expansão de 3,4% das indústrias extrativas. Em contrapartida, a indústria de transformação e a construção registraram retração de 0,4% cada, reforçando as diferenças de desempenho entre os segmentos industriais e as dificuldades para uma recuperação mais disseminada da atividade produtiva.

b) Crescimento econômico sob a ótica da demanda

Sob a ótica da demanda, o desempenho do PIB no segundo trimestre de 2026 foi marcado pelo avanço dos investimentos e pela retração do consumo das famílias. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) cresceu 1,2% em relação ao trimestre anterior, indicando expansão dos investimentos produtivos, enquanto o consumo das famílias recuou 0,4%, sinalizando perda de dinamismo da demanda doméstica. O consumo do governo, por sua vez, apresentou crescimento de 0,4%.

A retração do consumo das famílias merece atenção, considerando sua importância para a sustentação da atividade econômica. O resultado ocorre em um contexto de juros elevados e condições restritivas de crédito, fatores que podem limitar a capacidade de consumo das famílias. Na comparação com o segundo trimestre de 2025, o consumo das famílias apresentou crescimento de apenas 0,5%, enquanto o consumo do governo avançou 3,1%, evidenciando diferenças importantes no comportamento desses componentes da demanda.

No setor externo, as exportações de bens e serviços recuaram 0,8% em relação ao trimestre anterior, enquanto as importações cresceram 1,8%. Essa combinação sugere uma contribuição desfavorável do comércio exterior para o desempenho da economia no período. Na comparação interanual, as exportações avançaram 3,8%, enquanto as importações cresceram 5,5%, indicando maior expansão relativa das compras externas.

De maneira geral, o crescimento da economia brasileira no segundo trimestre de 2026 foi sustentado principalmente pelo desempenho da agropecuária e pela continuidade da expansão dos investimentos. Entretanto, a retração do consumo das famílias, o baixo dinamismo dos serviços e da indústria e o comportamento do setor externo evidenciam um cenário de crescimento moderado, em um ambiente macroeconômico ainda marcado por condições financeiras restritivas e desafios para a sustentação da atividade econômica.



A Tabela 4 apresenta os principais resultados do PIB brasileiro no segundo trimestre de 2026, considerando as óticas da oferta e da demanda, tanto na comparação com o trimestre imediatamente anterior quanto em relação ao mesmo período de 2025.

Tabela 4: PIB brasileiro por atividade econômica e componentes da demanda – 2º trimestre de 2026 (%)

Atividades e componentes		2º tri. 2026 / 1º tri. 2026 (%)	2º tri. 2026 / 2º tri. 2025 (%)
PIB a preços de mercado		0,5	2,0
	Agropecuária	2,8	6,8
	Indústria	0,1	1,5
	Indústrias extrativas	3,4	12,0
	Indústrias de transformação	-0,4	-0,9
	Eletricidade e gás, água, esgoto e gestão de resíduos	-1,1	-0,5
	Construção	-0,4	1,0
	Serviços	0,2	1,5
PIB sob a ótica da oferta	Comércio	0,0	0,9
	Transporte, armazenagem e correio	1,1	1,2
	Informação e comunicação	2,1	8,4
	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	-0,3	1,0
	Atividades imobiliárias	0,2	2,2
	Outras atividades de serviços	0,0	1,1
	Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	-0,4	0,9
	Consumo das famílias	-0,4	0,5
	Consumo do governo	0,4	3,1
PIB sob a ótica da demanda	Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)	1,2	1,4
	Exportações de bens e serviços	-0,8	3,8
	Importações de bens e serviços	1,8	5,5

Fonte: IBGE. Elaboração: Núcleo de Economia/FIEPE

3.2 MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

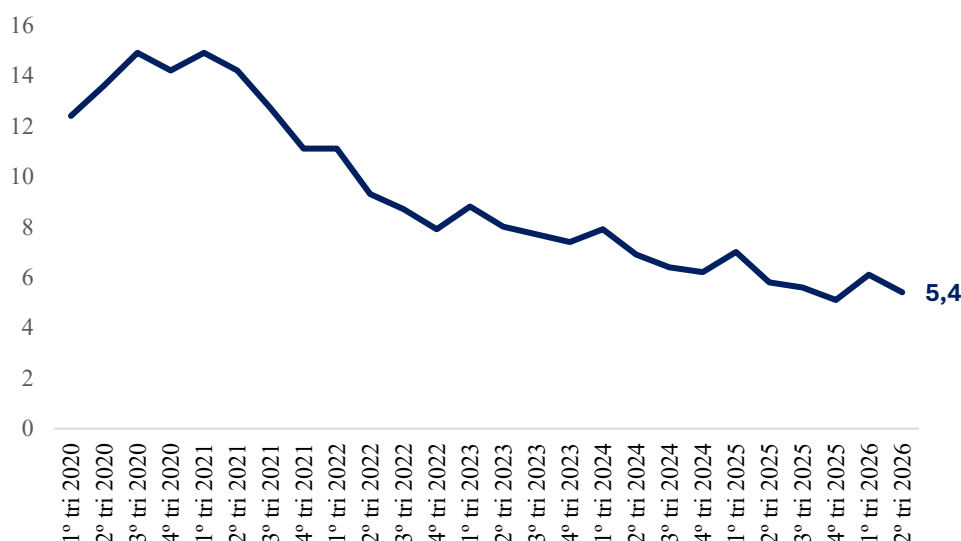
O mercado de trabalho brasileiro mantém uma trajetória de melhora, caracterizada pela redução da desocupação e pela continuidade da geração de empregos formais, mesmo diante da desaceleração da atividade econômica. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de



desocupação atingiu 5,4% no segundo trimestre de 2026, uma redução de 0,7 ponto percentual em relação ao trimestre anterior (6,1%) e de 0,4 ponto percentual na comparação com o mesmo período de 2025 (5,8%). O resultado representa a menor taxa de desocupação para um segundo trimestre desde o início da série histórica, em 2012, reforçando a resiliência do mercado de trabalho nacional.

A evolução recente confirma uma trajetória de redução do desemprego em relação aos níveis observados durante a pandemia, quando a taxa de desocupação chegou a 14,8% no trimestre móvel encerrado em março de 2021. Apesar de oscilações pontuais, o indicador permanece em patamares historicamente baixos, evidenciando maior capacidade de absorção de trabalhadores pela economia.

Gráfico 4: Evolução da taxa de desocupação – Brasil, 2020 a 2026 (%)



Fonte: IBGE – PNAD Contínua. Elaboração: Núcleo de Economia/FIEPE.

Outro sinal positivo foi a redução do desalento, cujo percentual recuou de 2,4% no primeiro trimestre para 2,1% no segundo trimestre de 2026, atingindo o menor nível da série histórica. Esse movimento indica uma diminuição da parcela da população que permanece fora da força de trabalho por não acreditar que conseguirá encontrar uma ocupação, reforçando os sinais de melhora das condições do mercado de trabalho.

Os dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), também apontam para a continuidade da expansão do emprego formal. Em agosto de 2026, o Brasil registrou saldo positivo de 165.827 postos de trabalho com carteira assinada, resultado de aproximadamente 2,29 milhões de admissões e 2,13



milhões de desligamentos. No acumulado de janeiro a agosto, foram criados 1.134.056 empregos formais, elevando o estoque de vínculos celetistas para aproximadamente 48,2 milhões no país.

A geração de empregos formais em agosto foi liderada pelo setor de serviços, responsável pela abertura de 110.346 vagas, seguido pela construção (20.848), indústria (16.613), comércio (16.565) e agropecuária (1.452). No acumulado dos oito primeiros meses de 2026, os serviços também apresentaram o maior saldo de contratações, com 697.859 novos postos, o equivalente a aproximadamente 61,5% do total de empregos gerados no país. Na sequência, destacaram-se a construção (200.431), a indústria (170.442), a agropecuária (56.024) e o comércio (9.300). Os resultados evidenciam a importância dos serviços para a expansão do emprego formal, ao mesmo tempo em que demonstram a continuidade da geração de postos de trabalho nas atividades produtivas.

Tabela 5: Saldo de empregos formais por setor econômico – Brasil, janeiro a agosto de 2026

Setor Econômico	Saldo de empregos
Serviços	697.859
Construção	200.431
Indústria	170.442
Agropecuária	56.024
Comércio	9.300
Total	1.134.056

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Novo CAGED, dados com ajustes até agosto de 2026.
Elaboração: Núcleo de Economia/FIEPE.

Apesar dos resultados positivos, o mercado de trabalho brasileiro ainda apresenta desafios relacionados à qualidade das ocupações, às diferenças regionais e à sustentação do crescimento do emprego em um ambiente de juros elevados e atividade econômica moderada. Nesse contexto, a manutenção de baixos níveis de desocupação e a expansão do emprego formal constituem fatores importantes para a sustentação da renda e do consumo das famílias, embora a continuidade desse desempenho dependa da evolução da atividade produtiva e das condições macroeconômicas.

3.3 POLÍTICA MONETÁRIA BRASILEIRA

A política monetária brasileira permanece em um processo gradual de flexibilização, após um período prolongado de juros elevados. A taxa Selic, que havia atingido o patamar

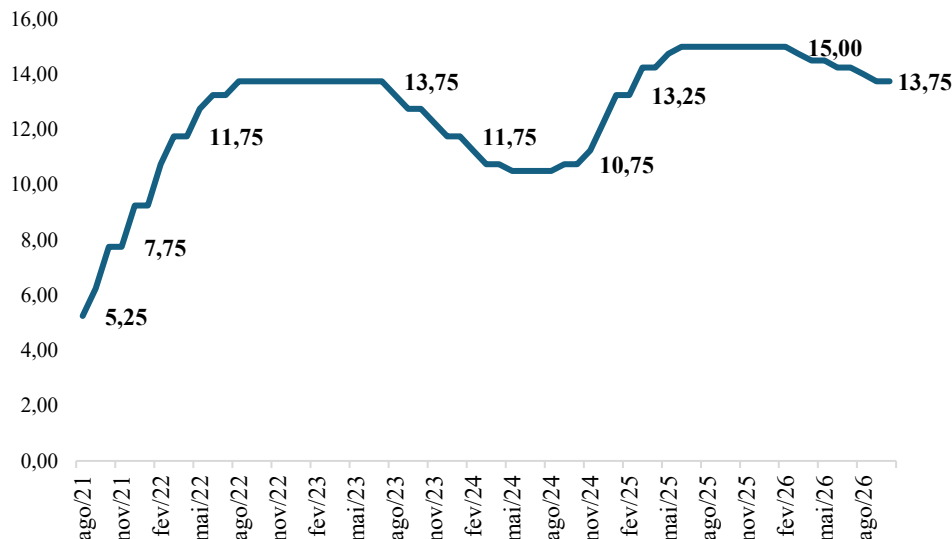


historicamente baixo de 2,00% ao ano em 2020, passou por um expressivo ciclo de aperto monetário, alcançando 13,75% em agosto de 2022. Após um período de redução, que levou a taxa a 10,50% em maio de 2024, o Banco Central iniciou um novo ciclo de elevação dos juros, atingindo 15,00% em junho de 2025. Esse movimento esteve associado à necessidade de conter as pressões inflacionárias e promover a convergência das expectativas de inflação para a meta estabelecida.

Em 2026, diante dos sinais de moderação da atividade econômica e da evolução do cenário inflacionário, o Comitê de Política Monetária (Copom) iniciou um processo gradual de redução dos juros. Na reunião de setembro, o Banco Central reduziu a Selic para 13,75% ao ano, uma queda acumulada de 1,25 ponto percentual em relação ao patamar de 15,00%. Apesar da flexibilização, a taxa básica de juros permanece elevada, mantendo a política monetária em território restritivo.

O Gráfico 5 apresenta a evolução mensal da taxa Selic, permitindo observar os diferentes ciclos de aperto e flexibilização da política monetária brasileira desde agosto de 2021.

Gráfico 5: Evolução da taxa básica de juros (Selic) – Brasil, agosto de 2021 a outubro de 2026 (% ao ano)



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Núcleo de Economia/FIEPE.

Nota: Taxa Selic vigente ao final de cada mês. Para outubro de 2026, considera-se a taxa vigente até 26 de outubro

Embora a redução da Selic nominal represente um movimento de flexibilização, a avaliação do grau de restrição monetária também deve considerar a taxa de juros real, que desconta o efeito da inflação esperada. Tomando como referência a Selic de 13,75% e a expectativa de inflação de 4,3% para 2027, apurada pela pesquisa Focus e mencionada pelo



Copom em setembro, obtém-se uma taxa de juros real indicativa de aproximadamente 9,1% ao ano, pelo cálculo composto. Embora os horizontes dos dois indicadores não sejam perfeitamente equivalentes, o resultado ilustra a intensidade da restrição monetária ainda presente na economia brasileira.

A manutenção dos juros em patamar restritivo continua representando um importante desafio para a economia brasileira, especialmente para os setores mais dependentes de financiamento. O elevado custo do crédito limita o consumo das famílias, encarece o capital de giro e reduz a atratividade de novos investimentos produtivos, afetando particularmente a indústria e a construção civil. Esse contexto é compatível com os sinais recentes de moderação da atividade econômica, evidenciados pelo crescimento de apenas 0,5% do PIB no segundo trimestre de 2026, pela retração de 0,4% do consumo das famílias e pelo avanço de somente 0,1% da indústria em relação ao trimestre anterior.

A continuidade da flexibilização monetária, entretanto, permanece condicionada à evolução da inflação e de suas expectativas. Segundo as projeções apresentadas pelo Banco Central na reunião do Copom de setembro de 2026, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deverá encerrar 2026 em 5,2%, desacelerando para 3,9% em 2027 e 3,2% no primeiro trimestre de 2028, considerando a inflação acumulada em quatro trimestres. Embora indiquem uma trajetória de desinflação, as estimativas permanecem acima da meta central de 3,0%, reforçando a necessidade de cautela na condução da política monetária.

Apesar da desaceleração econômica, o mercado de trabalho brasileiro permanece resiliente, com taxa de desocupação de 5,4% no segundo trimestre de 2026 e continuidade da geração de empregos formais. Essa combinação de atividade econômica moderada e mercado de trabalho aquecido reforça a necessidade de cautela na condução da política monetária, uma vez que a persistência de pressões sobre os preços e as expectativas inflacionárias pode limitar o ritmo de redução dos juros.

Além disso, a condução da política monetária permanece condicionada à evolução do cenário fiscal e internacional. No ambiente doméstico, as incertezas relacionadas à trajetória da dívida pública, ao crescimento das despesas obrigatórias e ao cumprimento das metas fiscais podem elevar os prêmios de risco e dificultar a convergência das expectativas de inflação. No cenário externo, as tensões geopolíticas, as oscilações dos preços das commodities e as decisões de política monetária das principais economias continuam influenciando as condições financeiras globais e a volatilidade cambial.

Nesse contexto, a continuidade da flexibilização monetária dependerá da consolidação do processo de desinflação, da melhora das expectativas e da manutenção da estabilidade macroeconômica. Uma trajetória sustentável de redução dos juros, acompanhada de maior



previsibilidade fiscal, poderá contribuir para a recuperação do consumo, a ampliação dos investimentos produtivos e o fortalecimento da competitividade industrial, criando condições mais favoráveis para o crescimento econômico brasileiro no médio prazo.

4. CENÁRIO PERNAMBUCANO

Em Pernambuco, os indicadores econômicos mais recentes evidenciam um cenário de expansão da atividade econômica, impulsionado, sobretudo, pelo desempenho da indústria de transformação e pela recuperação gradual do mercado de trabalho. O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) acima da média nacional reforça o dinamismo da economia estadual, embora os resultados revelem diferenças importantes entre os setores produtivos.

Apesar dos avanços, persistem desafios relacionados à diversificação da base industrial, à competitividade e à geração sustentável de empregos e renda. Nesse contexto, a análise dos principais indicadores econômicos permite compreender os fatores que sustentam o crescimento de Pernambuco, identificar suas vulnerabilidades e avaliar as perspectivas para a economia estadual diante das condições econômicas nacionais e internacionais.

4.1 ATIVIDADE ECONÔMICA DE PERNAMBUCO

A economia pernambucana apresentou desempenho positivo no primeiro semestre de 2026, com crescimento de 4,7% em relação ao mesmo período de 2025, resultado superior à expansão de 1,9% registrada pela economia brasileira. Os dados do Produto Interno Bruto (PIB) trimestral, divulgados pela Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional de Pernambuco (Seplag-PE), indicam uma aceleração da atividade econômica estadual em relação a 2025, quando o crescimento foi de 0,9%.

O avanço foi impulsionado principalmente pela indústria, que se destacou entre os setores produtivos e contribuiu de forma expressiva para a expansão da economia estadual.

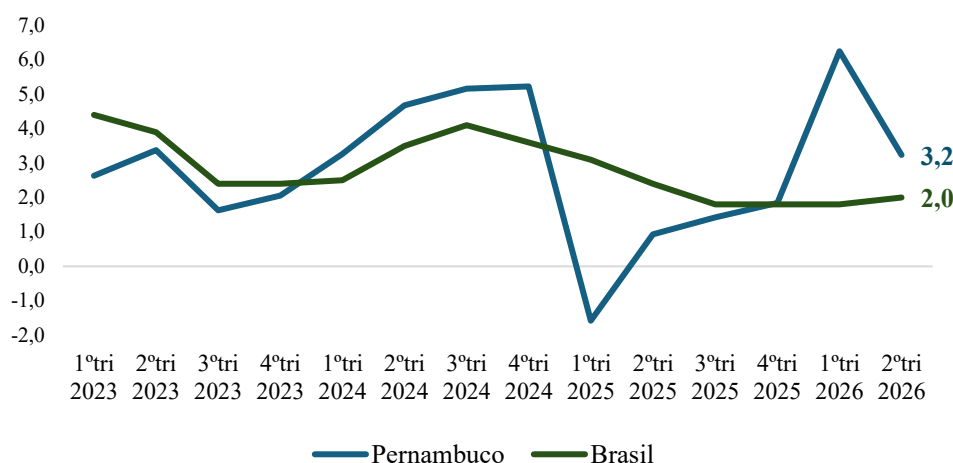
No segundo trimestre de 2026, o PIB de Pernambuco cresceu 3,2% em comparação com o mesmo trimestre de 2025, superando o avanço de 2,0% observado no Brasil. Na comparação com o primeiro trimestre de 2026, considerando a série ajustada sazonalmente, a economia pernambucana registrou expansão de 1,0%, o dobro da taxa nacional, de 0,5%. Já no acumulado dos quatro trimestres encerrados no segundo trimestre de 2026, o crescimento estadual foi de 3,1%, ante 1,9% no Brasil.

Os resultados evidenciam um ritmo de expansão da economia pernambucana superior ao nacional nas diferentes bases de comparação consideradas. Entretanto, a análise setorial revela



diferenças importantes entre as atividades econômicas, com destaque para a contribuição da indústria e para o desempenho mais moderado ou negativo de outros segmentos.

Gráfico 6: Evolução do PIB de Pernambuco e do Brasil – variação em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, 2023 a 2026 (%)



Fonte: Seplag-PE e IBGE. Elaboração: Núcleo de Economia/FIEPE.

Nota: Variação percentual em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Dados preliminares sujeitos a revisão.

A análise setorial evidencia o protagonismo da indústria na expansão da economia pernambucana. No segundo trimestre de 2026, o setor industrial cresceu 6,9% em relação ao mesmo período de 2025, desempenho superior à expansão de 1,5% registrada pela indústria brasileira.

O principal destaque foi a indústria de transformação, que avançou 8,8% em Pernambuco, enquanto, no Brasil, o segmento apresentou retração de 0,9%. O setor de serviços também contribuiu positivamente para o resultado estadual, com crescimento de 2,8%, ao passo que a agropecuária registrou variação positiva de apenas 0,2%, indicando relativa estabilidade no período.

No acumulado do primeiro semestre de 2026, a indústria pernambucana apresentou expansão de 13,8%, frente ao crescimento de 1,6% observado no país. Novamente, a indústria de transformação se destacou, com alta de 20,0%, em contraste com a retração de 0,9% registrada pelo segmento em âmbito nacional.

Os serviços acumularam crescimento de 3,4% no estado, com contribuição relevante do comércio e da reparação de veículos automotores e motocicletas, atividade que apresentou expansão de 9,1%, conforme os dados apresentados. Em sentido oposto, a agropecuária recuou 2,4% e a construção civil, 2,0% no semestre, evidenciando que o crescimento estadual ocorreu de maneira heterogênea entre as atividades produtivas.



Tabela 6: Variação do PIB e das atividades econômicas em Pernambuco (Resultados do 2º trimestre e 1º semestre em variação %)

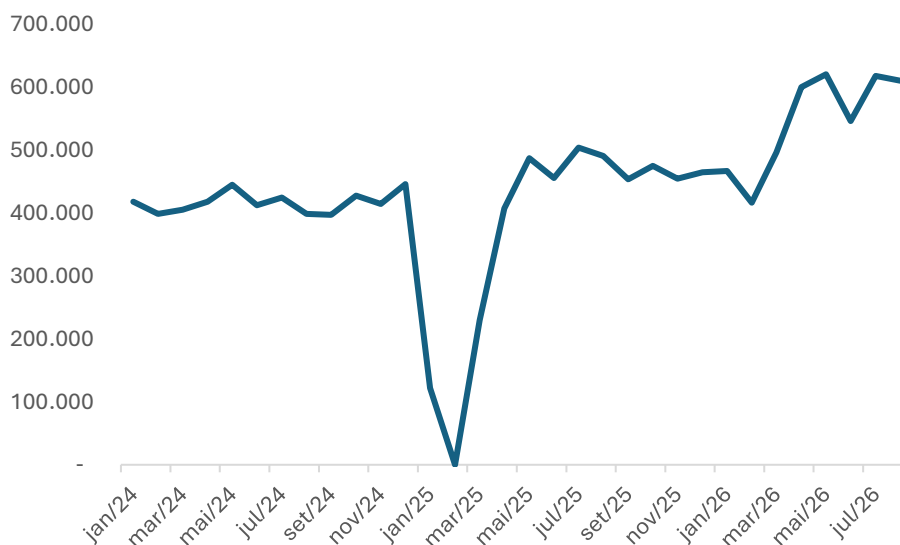
Atividade econômica	2º tri de 2026 (PE)	2º tri de 2026 (BR)	1º sem de 2026 (PE)	1º sem de 2026 (BR)
PIB	3,2	2	4,7	1,9
Agropecuária	0,2	6,8	-2,4	3,6
Indústria	6,9	1,5	13,8	1,6
Indústria de transformação	8,8	-0,9	20	-0,9
Eleticidade e gás, água, esgoto e gestão de resíduos	3,4	-0,5	3,1	-1,1
Construção civil	0,7	1	-2	1,1
Serviços	2,8	1,5	3,4	1,8

Fonte: Seplag-PE e IBGE. Elaboração: Núcleo de Economia/FIEPE.

Nota: Variações em relação aos respectivos períodos de 2025. Dados preliminares.

Parte expressiva do crescimento industrial pernambucano está associada à retomada e à ampliação da produção da Refinaria Abreu e Lima (RNEST), localizada no Complexo Industrial Portuário de Suape. Após a interrupção das operações do Trem 1 para modernização no primeiro trimestre de 2025, a retomada das atividades contribuiu para a recuperação da produção de derivados de petróleo e para o desempenho da indústria de transformação estadual. O Gráfico 7, elaborado com base em dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), evidencia os impactos da modernização e da ampliação da produção da Refinaria Abreu e Lima:

Gráfico 7: Produção de Derivados de Petróleo da Refinaria Abreu e Lima (m³)





Fonte: ANP. **Elaboração:** Núcleo de Economia da FIEPE

A interpretação desses resultados, contudo, deve considerar o efeito da base de comparação. A interrupção das operações da refinaria em parte do período anterior afetou a produção industrial de 2025, de modo que uma parcela das elevadas taxas de crescimento observadas em 2026 pode refletir, além da recuperação efetiva da atividade, a comparação com um nível de produção anteriormente reduzido. Por isso, a avaliação da trajetória industrial deve considerar também a evolução dos níveis de produção e a continuidade dos resultados nos próximos períodos.

Apesar do desempenho favorável da indústria, os indicadores setoriais apontam desafios para a sustentação do crescimento estadual. Enquanto a indústria de transformação apresentou forte expansão, a construção civil registrou retração no acumulado do semestre e a agropecuária também apresentou resultado negativo. Esse quadro evidencia que o dinamismo econômico permanece distribuído de forma desigual entre os setores.

Além disso, a contribuição expressiva de atividades específicas, como o refino de petróleo, reforça a importância de ampliar a diversificação da estrutura produtiva pernambucana, estimular investimentos em diferentes segmentos e fortalecer as cadeias locais de fornecimento. A expansão de atividades industriais e de serviços com maior capacidade de encadeamento produtivo pode contribuir para reduzir a concentração do crescimento e ampliar seus efeitos sobre o emprego e a renda.

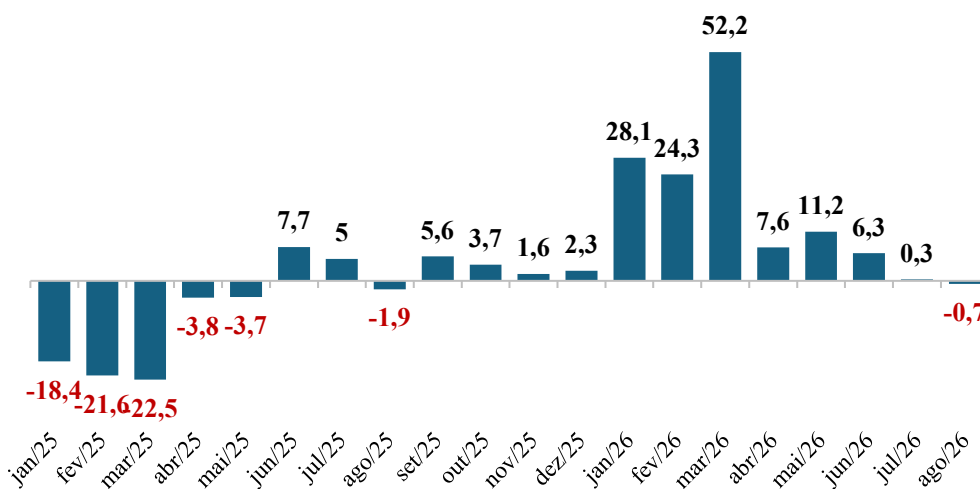
4.2 PRODUÇÃO INDUSTRIAL DE PERNAMBUCO

A produção industrial constitui um dos principais indicadores de acompanhamento da atividade econômica, refletindo o dinamismo dos setores produtivos e a capacidade de geração de valor da economia. Em Pernambuco, o desempenho da indústria em 2026 tem sido marcado por uma recuperação expressiva no acumulado do ano, embora os resultados mensais revelem oscilações e diferenças significativas entre os segmentos industriais.

Em agosto de 2026, a produção industrial pernambucana registrou retração de 2,5% em relação a julho, resultado inferior ao observado no Brasil (-0,6%) e no Nordeste (-0,5%). Na comparação com agosto de 2025, a indústria estadual apresentou queda de 0,7%, desempenho menos negativo que o registrado nacionalmente (-1,2%), mas abaixo do crescimento de 2,7% observado no Nordeste. Os resultados indicam uma perda de dinamismo da atividade industrial no mês, apesar da trajetória positiva registrada ao longo do ano.



Gráfico 8: Evolução da produção industrial de Pernambuco – variação em relação ao mesmo mês do ano anterior (%)



Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF). Elaboração: Núcleo de Economia/FIEPE.

A retração interanual de agosto foi influenciada principalmente pelo desempenho negativo da metalurgia (-52,1%) e da fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (-24,3%). Também apresentaram quedas a fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-5,4%), produtos de metal (-4,6%) e produtos de borracha e material plástico (-3,6%). Em contrapartida, a fabricação de coque, derivados do petróleo e biocombustíveis registrou crescimento de 19,8%, enquanto a fabricação de produtos minerais não metálicos (+17,3%), bebidas (+8,5%) e produtos químicos (+7,5%) também apresentou resultados positivos, contribuindo para atenuar a retração da produção industrial estadual.

Apesar do resultado negativo em agosto, Pernambuco acumula crescimento de 13,9% na produção industrial entre janeiro e agosto de 2026, desempenho expressivamente superior ao registrado pelo Brasil (+0,8%) e pelo Nordeste (+0,9%). O resultado mantém o estado na segunda posição entre as unidades da federação pesquisadas pelo IBGE, atrás apenas do Espírito Santo (+17,7%). No acumulado dos últimos doze meses, a indústria pernambucana também apresenta expansão significativa, de 10,0%, frente aos crescimentos de 0,6% no Brasil e de 0,7% no Nordeste.

O principal destaque do crescimento industrial pernambucano continua sendo a fabricação de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis, que acumulou expansão de 74,0% nos oito primeiros meses de 2026. Esse desempenho está diretamente associado à retomada e à ampliação da produção da Refinaria Abreu e Lima (RNEST), após a paralisação temporária de suas operações em 2025 para a modernização do Trem 1, conforme foi evidenciado no gráfico 7 apresentado na seção anterior sobre a atividade econômica de Pernambuco.



Entretanto, parte desse crescimento também reflete o efeito de uma base de comparação reduzida, uma vez que a interrupção das atividades da refinaria impactou significativamente a produção industrial no ano anterior.

Além do refino de petróleo, destacaram-se positivamente, no acumulado do ano, a fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores (+18,9%), produtos químicos (+12,8%) e produtos minerais não metálicos (+6,1%). Por outro lado, segmentos como a fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-23,7%), produtos de metal (-6,5%), metalurgia (-5,9%) e veículos automotores (-2,4%) apresentaram retração, evidenciando que a recuperação industrial permanece concentrada em determinadas atividades.

A Tabela 7 apresenta o desempenho dos segmentos industriais de Pernambuco, considerando os períodos de comparação indicados.

Tabela 7: Variação da produção industrial por atividade – Pernambuco, 2026 (%)

Setores	Var.(%) Ago./26 Ago./25	Var. (%) Acum. Ano
Indústrias de transformação	-0,7	13,9
Fabricação de produtos alimentícios	1,3	0,1
Fabricação de bebidas	8,5	1,4
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	-1,0	2,8
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	19,8	74,0
Fabricação de produtos químicos	7,5	12,8
Fabricação de produtos de borracha e de material Plástico	-3,6	4,7
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	17,3	6,1
Metalurgia	-52,1	-5,9
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	-4,6	-6,5
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais Elétricos	-5,4	-23,7
Fabricação de veículos automotores, reboques e Carrocerias	-24,3	-2,4
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	0	18,9

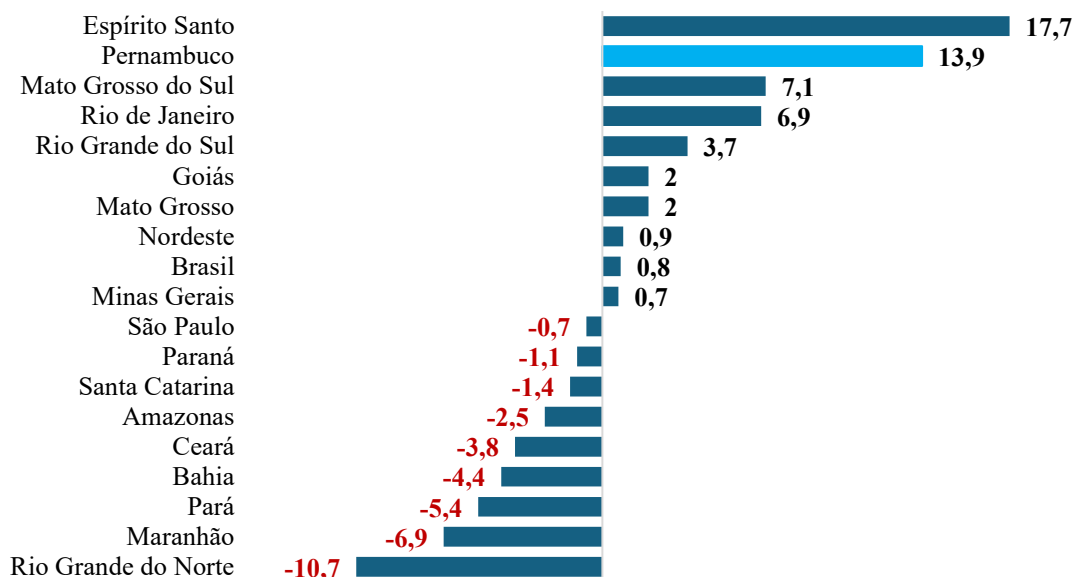
Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), agosto de 2026. Elaboração: Núcleo de Economia/FIEPE.

A análise dos resultados evidencia que, embora a indústria pernambucana apresente um dos maiores crescimentos do país em 2026, o desempenho permanece heterogêneo entre os diferentes segmentos produtivos. A forte expansão do refino de petróleo tem contribuído



significativamente para o resultado agregado, enquanto atividades importantes da indústria de transformação ainda enfrentam dificuldades para recuperar seus níveis de produção.

Gráfico 9: Ranking do Resultado da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF)



Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF). Elaboração: Núcleo de Economia/FIEPE.

Nesse contexto, a manutenção de um crescimento industrial consistente dependerá da ampliação da recuperação para um conjunto maior de atividades produtivas, reduzindo a concentração dos resultados em segmentos específicos. O fortalecimento da competitividade, a atração de novos investimentos e a diversificação das cadeias industriais serão fundamentais para transformar a recuperação observada em 2026 em uma trajetória mais equilibrada e sustentável de expansão da indústria pernambucana.

4.3 MERCADO DE TRABALHO

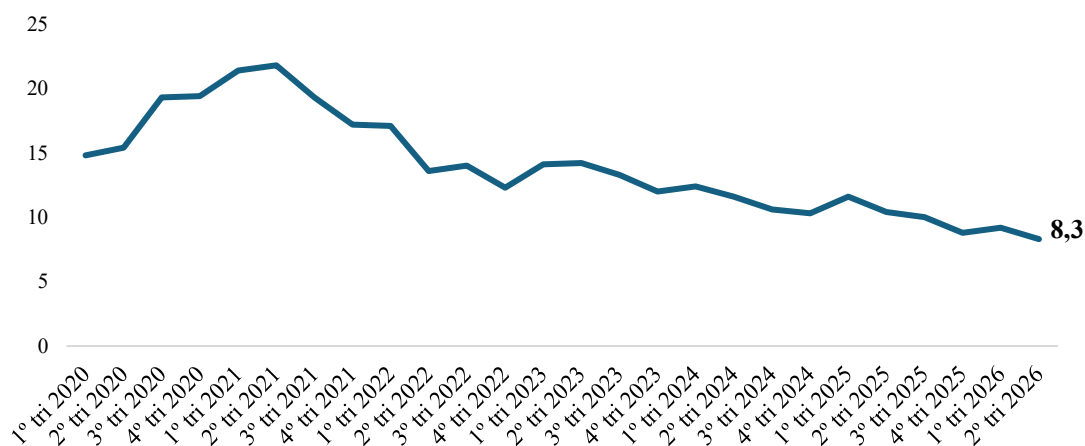
O mercado de trabalho pernambucano mantém uma trajetória de recuperação, caracterizada pela redução da taxa de desocupação e pela continuidade da geração de empregos formais. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de desocupação de Pernambuco recuou para 8,3% no segundo trimestre de 2026, uma redução de 0,9 ponto percentual em relação ao trimestre anterior (9,2%) e de 2,1 pontos percentuais na comparação com o mesmo período de 2025 (10,4%). O resultado representa o menor nível de desemprego



registrado no estado desde o primeiro trimestre de 2015, quando o indicador havia alcançado 8,2%.

A evolução recente confirma uma tendência de melhora do mercado de trabalho estadual em relação aos níveis observados durante a pandemia. No segundo trimestre de 2021, a taxa de desocupação havia atingido 21,8%, recuando 13,5 pontos percentuais até o segundo trimestre de 2026. Esse movimento evidencia uma ampliação da capacidade de absorção da mão de obra pela economia pernambucana, em um contexto de recuperação da atividade produtiva e expansão de setores como indústria, comércio e serviços.

Gráfico 10: Evolução da taxa de desocupação (Em %)



Fonte: IBGE – PNAD Contínua. Elaboração: Núcleo de Economia/FIEPE.

Apesar da redução expressiva do desemprego, Pernambuco permanece entre os estados com as maiores taxas de desocupação do país. No segundo trimestre de 2026, o estado passou a dividir a terceira posição no ranking nacional com o Piauí, ambos com taxa de 8,3%, atrás apenas do Amapá (9,8%) e da Bahia (9,1%). O indicador pernambucano também permaneceu acima das médias do Nordeste (7,6%) e do Brasil (5,4%), demonstrando que, embora o mercado de trabalho estadual tenha apresentado avanços importantes, ainda persistem desafios estruturais relacionados à geração de oportunidades de trabalho e à redução das desigualdades regionais.

Outro indicador que reforça a melhora das condições do mercado de trabalho é a redução do desalento. No segundo trimestre de 2026, o percentual de pessoas desalentadas em Pernambuco recuou para 4,7%, frente aos 5,2% registrados no trimestre anterior e aos 5,1% observados no mesmo período de 2025. Apesar da melhora, o indicador permaneceu acima da média nacional (2,1%), embora inferior à média nordestina (5,3%). O resultado demonstra que uma parcela relevante da população pernambucana ainda permanece fora da força de trabalho por



não acreditar que conseguirá encontrar uma ocupação, reforçando a importância de políticas voltadas à qualificação profissional e à ampliação das oportunidades de emprego.

Os dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), também evidenciam a continuidade da expansão do emprego formal em Pernambuco. Em agosto de 2026, o estado registrou saldo positivo de 13.428 postos de trabalho com carteira assinada, resultado significativamente superior ao observado em julho, quando foram criadas 2.039 vagas. Na comparação com agosto de 2025, entretanto, o saldo foi inferior aos 15.131 empregos registrados naquele mês. Com o desempenho de agosto, Pernambuco acumulou 36.874 novos empregos formais entre janeiro e agosto de 2026, reforçando a trajetória positiva de geração de postos de trabalho no estado.

A geração de empregos formais em agosto foi disseminada entre os cinco grandes grupamentos de atividades econômicas. O setor de serviços liderou as contratações, com saldo de 4.393 vagas, seguido pela indústria (3.296), agropecuária (2.981), construção civil (1.824) e comércio (934).

A distribuição dos resultados evidencia a contribuição de diferentes setores para o desempenho do mercado de trabalho estadual, com destaque para a retomada das contratações industriais.

Tabela 8: Saldo de empregos formais por setor de atividade econômica – Pernambuco, agosto de 2026

Setor de atividade econômica	Saldo de empregos
Serviços	4.393
Indústria	3.296
Agropecuária	2.981
Construção civil	1.824
Comércio	934
Total	13.428

Fonte: MTE – Novo Caged, agosto de 2026. Elaboração: Núcleo de Economia/FIEPE.

Na indústria, a geração de empregos foi impulsionada principalmente pela indústria de transformação, responsável por aproximadamente 90% do saldo positivo do setor em agosto. O principal destaque foi a fabricação de produtos alimentícios, com a criação de 2.986 postos de trabalho, especialmente a atividade de fabricação e refino de açúcar, que respondeu por 2.790 vagas. Esse resultado está associado ao início da safra sucroalcooleira na Zona da Mata pernambucana, período caracterizado pela intensificação das operações industriais e pela ampliação sazonal da demanda por mão de obra.



Entretanto, apesar do desempenho positivo em agosto, a indústria pernambucana ainda acumula saldo negativo de 3.139 empregos formais entre janeiro e agosto de 2026. Esse resultado evidencia que a recuperação das contratações industriais ainda não foi suficiente para compensar as perdas registradas nos primeiros meses do ano. Além disso, a concentração da geração de empregos em atividades associadas à safra sucroalcooleira demonstra a influência da sazonalidade sobre o comportamento do mercado de trabalho industrial do estado.

De maneira geral, os indicadores demonstram que o mercado de trabalho pernambucano apresenta avanços importantes em 2026, tanto pela redução da desocupação quanto pela ampliação do emprego formal. Contudo, a manutenção de uma taxa de desemprego superior às médias regional e nacional, associada às diferenças de desempenho entre os setores econômicos, evidencia a necessidade de fortalecer as condições para uma geração de empregos mais consistente e diversificada.

Nesse contexto, a continuidade da recuperação do mercado de trabalho dependerá da expansão dos investimentos produtivos, do fortalecimento da competitividade das empresas e da ampliação das oportunidades de qualificação profissional. Para a indústria pernambucana, em particular, o desafio consiste em transformar a recuperação da atividade produtiva em uma expansão mais sustentada do emprego formal, reduzindo a dependência de fatores sazonais e contribuindo para o crescimento da renda e da economia estadual.

5. CONCLUSÃO

A análise dos indicadores apresentados nesta edição do Boletim Econômico evidencia um cenário de crescimento moderado da economia mundial, marcado por incertezas geopolíticas, mudanças nas relações comerciais e volatilidade nos mercados internacionais de energia. A intensificação das barreiras comerciais, especialmente nos Estados Unidos, e os desdobramentos dos conflitos internacionais ampliam os riscos para o comércio exterior e as cadeias produtivas, com possíveis impactos sobre os custos de produção, os investimentos e a competitividade da indústria brasileira.

No Brasil, a atividade econômica mantém trajetória de expansão, embora em ritmo de desaceleração, refletindo os efeitos das condições monetárias restritivas, das pressões inflacionárias e das incertezas fiscais. Apesar da resiliência do mercado de trabalho, o elevado custo do crédito continua limitando o dinamismo dos investimentos e da produção industrial, especialmente na indústria de transformação. Nesse contexto, a consolidação de um ambiente macroeconômico mais favorável permanece fundamental para estimular a atividade produtiva e sustentar o crescimento econômico.



Em Pernambuco, os resultados do primeiro semestre de 2026 demonstram um desempenho econômico superior à média nacional, com crescimento de 4,7% do Produto Interno Bruto (PIB), impulsionado principalmente pela indústria de transformação. A produção industrial também apresenta expansão expressiva no acumulado do ano, favorecida pela retomada das operações da Refinaria Abreu e Lima. Entretanto, a concentração desse crescimento em determinados segmentos e a influência de uma base de comparação reduzida evidenciam a necessidade de ampliar o dinamismo para outras atividades produtivas, fortalecendo a diversificação e a sustentabilidade da recuperação industrial.

O mercado de trabalho pernambucano também apresentou avanços importantes, com a redução da taxa de desocupação e a continuidade da geração de empregos formais. Apesar disso, o desemprego permanece acima da média nacional, enquanto a indústria ainda registra saldo negativo de empregos no acumulado de 2026. Esse contraste demonstra que a recuperação da atividade econômica ainda precisa se traduzir em uma expansão mais abrangente e consistente das oportunidades de trabalho e renda.

Diante desse cenário, as perspectivas para a economia pernambucana permanecem favoráveis, mas condicionadas à continuidade dos investimentos produtivos, à melhoria da infraestrutura, ao fortalecimento das cadeias industriais e à ampliação da competitividade empresarial. A consolidação do crescimento econômico estadual dependerá, sobretudo, da capacidade de diversificar sua base produtiva, estimular a inovação e transformar os avanços recentes da atividade industrial em desenvolvimento econômico sustentável, com maior geração de emprego e renda para a população.



6. REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Comunicados e atas do Comitê de Política Monetária (Copom)**. Brasília, DF, 2026. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/copom>. Acesso em: 12 out. 2026.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Relatório Focus – 19 de outubro de 2026**. Brasília, DF, 2026. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>. Acesso em: 20 out. 2026.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS)**. Brasília, DF, 2026. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/>. Acesso em: 13 out. 2026.

BANCO MUNDIAL. **Global Economic Prospects: June 2026**. Washington, DC: World Bank, 2026. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/publication/global-economic-prospects>. Acesso em: 12 out. 2026.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI)**. Brasília, DF, 2026. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/cni/estatisticas/icei/>. Acesso em: 14 out. 2026.

FEDERAL RESERVE. **Monetary Policy**. Washington, DC: Board of Governors of the Federal Reserve System, 2026. Disponível em: <https://www.federalreserve.gov/monetarypolicy.htm>. Acesso em: 13 out. 2026.

FEDERAL RESERVE BANK OF ST. LOUIS. **Federal Reserve Economic Data (FRED)**. St. Louis, 2026. Disponível em: <https://fred.stlouisfed.org/>. Acesso em: 13 out. 2026.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). **World Economic Outlook: October 2026**. Washington, DC: International Monetary Fund, 2026. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEQ>. Acesso em: 20 out. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**. Rio de Janeiro, 2026. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html>. Acesso em: 14 out. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF)**. Rio de Janeiro, 2026. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9294-pesquisa-industrial-mensal-producao-fisica-brasil.html>. Acesso em: 15 out. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Regional (PIM-PF Regional)**. Rio de Janeiro, 2026. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9296-pesquisa-industrial-mensal-producao-fisica-regional.html>. Acesso em: 15 out. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**. Rio de Janeiro, 2026. Disponível em:



<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>. Acesso em: 16 out. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema de Contas Nacionais Trimestrais**. Rio de Janeiro, 2026. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais.html>. Acesso em: 16 out. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA)**. Rio de Janeiro, 2026. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: 19 out. 2026.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (IEA). **Oil Market Report: October 2026**. Paris: IEA, 2026. Disponível em: <https://www.iea.org/reports/oil-market-report>. Acesso em: 21 out. 2026.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (MDIC). **Comex Stat: estatísticas de comércio exterior**. Brasília, DF, 2026. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/>. Acesso em: 19 out. 2026.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Novo Caged: agosto de 2026**. Brasília, DF, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/novo-caged>. Acesso em: 20 out. 2026.

ORGANIZAÇÃO DOS PAÍSES EXPORTADORES DE PETRÓLEO (OPEP). **Monthly Oil Market Report**. Viena: OPEC, 2026. Disponível em: <https://www.opec.org/>. Acesso em: 21 out. 2026.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC). **Global Trade Outlook and Statistics**. Genebra: WTO, 2026. Disponível em: https://www.wto.org/english/res_e/statis_e/trade_outlook_e.htm. Acesso em: 22 out. 2026.

PERNAMBUCO. Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional. **Economia pernambucana no 2º trimestre de 2026**. Recife: Seplag-PE, 2026. Apresentação técnica divulgada em 24 set. 2026.

U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION (EIA). **Petroleum & Other Liquids**. Washington, DC, 2026. Disponível em: <https://www.eia.gov/petroleum/>. Acesso em: 23 out. 2026.



REALIZAÇÃO

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO

EQUIPE

BRUNO VELOSO

PRESIDENTE

ISRAEL ERLICH

SUPERINTENDENTE

MAURÍCIO LARANJEIRA

GERENTE DE POLÍTICA INDUSTRIAL

CÉZAR AUGUSTO LINS DE ANDRADE

COORDENADOR DO NÚCLEO DE ECONOMIA

DENISE HONORATO LOPES DA SILVA

ANALISTA DE ECONOMIA

MYLLENA NAARA BATISTA DA SILVA

ESTAGIÁRIA